

PLANO ABC

CUSTO ECONÔMICO E USO DA TERRA

CÍCERO ZANETTI DE LIMA

Pós-doutorando na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP) e pesquisador visitante da Agroicone

ANGELO COSTA GURGEL

Professor da FGV-EESP e coordenador do Mestrado Profissional em Agronegócio (MPA Agro), na mesma instituição

LANÇADO EM 2010, o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC) projetou disponibilizar R\$ 152 bilhões para o Programa ABC* via crédito do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) até 2020. Deste total, R\$ 27,1 bilhões seriam incluídos nos Planos Plurianuais; já o restante viria de outras fontes, sendo que R\$ 30,6 bilhões seriam via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O Plano ABC tem como objetivo reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEE) na agropecuária em até 163 milhões de t CO₂ eq. por meio de práticas e tecnologias capazes de aumentar a eficiência da produção e o uso dos recursos naturais, como: recuperação de 15 milhões de hectares (Mha) de pastagens degradadas; ampliação em 4 Mha da adoção de sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF); expansão da adoção do Sistema Plantio Direto (SPD) em 8 Mha; expansão da adoção de Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) em 5,5 Mha, em substituição ao uso de fertilizantes nitrogenados; expansão do plantio de florestas em 3,0 Mha; e ampliação do uso de tecnologias para tratamento de 4,4 milhões de metros cúbicos de dejetos animais.

Os resultados do último estudo do Observatório ABC apontam que os custos econômicos para a recuperação de 15 Mha de pastagens e a expansão dos sistemas de iLPF em 4 Mha são menores do que o previsto pelo governo federal.

O modelo utilizado no estudo considerou dois cenários para a realização das metas do Plano até 2020:

- **Áreas Prioritárias (AP):** recuperação de 15 Mha de pastagens nas áreas com maior nível de degradação;
- **Livre Alocação (LA):** os recursos são disponibilizados para que os agropecuaristas recuperem 15 Mha de pastagens de acordo com as oportunidades econômicas e as vantagens relativas de produção e conhecimento de cada região.

Em ambos os cenários, foi aplicada a expansão de iLPF em 4 Mha.

Seriam necessários entre R\$ 26,7 bilhões e R\$ 31,3 bilhões para a recuperação de pastagens e entre R\$ 7,7 bilhões e R\$ 7,8 bilhões para a expansão de iLPF (ver tabela). Os maiores gastos ocorreriam no cenário AP, pois as áreas a serem recuperadas não são necessariamente aquelas com maior potencial de retorno econômico. Esse resultado confirma um estudo recente do Observatório ABC que discute os maiores riscos e dificuldades de retorno econômico de aplicação das técnicas do Plano ABC nas áreas consideradas prioritárias quando estas são determinadas apenas com base nos critérios de produtividade das pastagens.

É possível atingir as metas do Plano ABC com desembolsos menores do que o previsto

no documento oficial. Até o final do ano-safra 2015/16, os desembolsos haviam alcançado quase R\$ 13,8 bilhões, incluindo todas as linhas do Programa ABC. Este valor representa 16% do montante previsto somente para recuperação de pastagens e iLPF. Os gastos totais do Programa ABC observados até o final da safra 2015/16 representam entre 35% e 40% do projetado pelo modelo, que simula apenas as duas tecnologias. Essa constatação sugere que as metas do Plano ABC não serão atingidas se depender apenas dos recursos públicos do Programa ABC.

O custo por hectare da recuperação de pastagens no cenário AP é ligeiramente maior (R\$ 2.086/ha), enquanto, no cenário LA, o valor é de R\$ 1.779/ha. A diferença decorre de uma maior alocação de desembolsos com recuperação de pastagens nas regiões em que o custo de recuperação é menor no cenário LA.

Do ponto de vista do bem-estar macroeconômico, a implementação do Plano ABC no cenário AP levaria a uma perda agregada de R\$ 724 milhões no total do consumo dos brasileiros. Já no cenário LA, geraria um aumento de R\$ 8 bilhões. Considerando a população do ano-base do estudo (2009), o cenário AP indica uma perda de R\$ 3,71 de consumo por habitante, enquanto o cenário LA levaria a ganhos de R\$ 41,19.

Já com relação ao uso da terra, a implementação de recuperação de pastagens e iLPF permite

um aumento de eficiência no uso da terra, pois gera maior quantidade de produto por área. Em nível nacional, a combinação das duas ações permitiria uma redução de 2 mil ha a 1,4 Mha de áreas de culturas vegetais. A área de pastagens de boa qualidade aumentaria entre 9,6 e 10,9 Mha, o que significa que cerca de 4 a 5 Mha de pastagens poderiam ser retirados da produção pecuária. Esse “efeito poupa-terra” permitiria um aumento de, no mínimo, 4,8 Mha nas áreas de florestas e vegetação secundária não florestal, seja em área pública ou privada. A área de florestas plantadas e manejadas poderia crescer entre 410 mil e 550 mil ha.

Os sistemas integrados expandiriam predominantemente na forma de integração Lavoura-Pecuária (iLP), sendo que a integração com soja ocuparia entre 3,2 e 3,4 Mha, enquanto a com milho ocuparia entre 269 mil e 461 mil ha. Já os sistemas de iLPF ocupariam cerca de 360 mil ha.

Outros resultados do estudo, como a mudança no uso da terra nas diferentes regiões do Brasil e os resultados ambientais de mitigação de GEE, podem ser acessados no site do Observatório ABC (<http://www.observatorioabc.com.br>).

Os resultados encontrados contribuem com uma primeira projeção dos impactos econômicos e ambientais do Plano e do Programa ABC, bem como dos benefícios da agricultura de baixa emissão de carbono, seja na intensificação da produção, com

PROJETANDO CUSTOS E MUDANÇAS NO USO DA TERRA

O modelo desenvolvido para o estudo aqui descrito adota uma divisão regional do Brasil baseada na combinação de aspectos geográficos que são determinantes para a produção agropecuária e o uso da terra. Como exemplo, pode-se citar a consideração da fronteira entre os biomas Amazônia e Cerrado no estado do Mato Grosso e da região “Nordeste Cerrado”, que inclui Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (MATOPIBA) e que é considerada a nova fronteira agrícola brasileira. As metas do Plano ABC são implementadas por meio da transferência de subsídios aos agropecuaristas para a adoção das práticas previstas nele. A adoção destas práticas leva a mudanças na produtividade e na quantidade produzida de produtos da pecuária e de culturas agrícolas e florestais, alterando a oferta destes produtos e, conseqüentemente, o uso da terra. Todas essas mudanças geram um novo equilíbrio econômico entre oferta e demanda para todos os setores da economia. No novo equilíbrio, mensuram-se as mudanças em quantidade, uso da terra, custos de adoção das práticas do Plano ABC e variáveis macroeconômicas, como o consumo agregado das famílias e o Produto Interno Bruto (PIB).

redução da pressão sobre os recursos naturais, seja nos desdobramentos econômicos positivos para a sociedade e no baixo custo agregado dessas políticas. As tecnologias do Plano ABC devem ser fomentadas e expandidas na agropecuária brasileira, com vistas a contribuir para a sustentabilidade do agronegócio brasileiro e a segurança alimentar.

É preciso rever o Programa ABC no sentido de: estimular a adoção do crédito para tecnologias de baixa emissão de carbono, considerando que as metas traçadas para o Plano ABC não serão atingidas via crédito do Programa ABC se considerado o ritmo atual de adoção; expandir o financiamento

da recuperação de pastagens degradadas para outras linhas de crédito oficiais, dado o elevado potencial de redução de emissões desta prática; avaliar e monitorar a adoção das práticas de agricultura de baixa emissão de carbono que não são financiadas via crédito agrícola oficial; e rever o conceito de áreas prioritárias no sentido de considerar os desafios econômicos e os potenciais benefícios ambientais associados à recuperação de pastagens nas diferentes regiões do País. ■

* Programa de financiamento a investimentos que contribuam para a redução da emissão de GEE na agropecuária

IMPACTOS ECONÔMICOS DA RECUPERAÇÃO DE PASTAGENS E DA ADOÇÃO DE ILPF

IMPACTOS	Cenário	
	Áreas Prioritárias	Livre Alocação
Gasto com recuperação de pastagens (R\$ milhões)	31.288	26.685
Gasto com sistemas integrados (R\$ milhões)	7.789	7.732
Total dos gastos (R\$ milhões)	39.077	34.417
Variação no bem-estar (R\$ milhões)	-724	8.027
Custo da recuperação (R\$/ha)	2.086	1.779

MUDANÇAS NO USO DA TERRA PROVOCADAS PELO PLANO ABC SEGUNDO OS CENÁRIOS PROJETADOS NO ESTUDO (MIL HECTARES)

